

O CONCEITO DE SERVIDÃO VOLUNTÁRIA: REFLEXÕES E DIÁLOGOS COM A GESTÃO DE PESSOAS

EL CONCEPTO DE SERVIDUMBRE VOLUNTARIA: REFLEXIONES Y DIÁLOGOS CON LA GESTIÓN DE PERSONAS

THE CONCEPT OF VOLUNTARY SERVITUDE: REFLECTIONS AND DIALOGUES WITH PEOPLE MANAGEMENT

Victor Cláudio Paradela *
victor.paradela@hotmail.com

Yuri de Paiva Pifano *
yurippaiva@hotmail.com

Débora Vargas Ferreira Costa ***
deboravargas82@gmail.com

* UFJF, Juiz de Fora – Brasil
** UFRRJ, Três Rios – Brasil

Resumo

Há cinco séculos, Étienne de La Boétie propôs o conceito de servidão voluntária, destacando que nem sempre o cerceamento da liberdade e a submissão a arranjos sociais injustos se dá por meio da coerção, da ameaça ou de barganhas. Constatou que muitas pessoas se submetem a sistemas opressivos e exploradores sem resistência, podendo assim agir por vontade própria e até mesmo demonstrar satisfação, a despeito das posições de inferioridade em que se encontram, sendo explorados por outros. Muitas vezes, mesmo diante de oportunidades de lutar pela liberdade, os servos consentem com o sofrimento a que estão submetidos ou mesmo o procuram. Partindo do pressuposto de que se trata de uma situação ainda encontrada no mundo contemporâneo, o artigo procura compreender melhor essa ideia, dialogando com outros estudiosos e com obras literárias que retratam a natureza humana e fenômenos sociais. Com base nessas reflexões, é desenvolvida uma análise crítica de algumas questões relacionadas à Gestão de Pessoas, demonstrando como a servidão voluntária pode ser observada em vários aspectos das relações de trabalho e das práticas gerenciais. O texto foi desenvolvido na forma de um ensaio teórico, valorizando, portanto, insights e análises subjetivas.

PALAVRAS CHAVE: Servidão voluntária. Comportamento humano. Gestão de Pessoas.

Resumen

Hace cinco siglos, Étienne de La Boétie propuso el concepto de servidumbre voluntaria, señalando que la restricción de la libertad y la sumisión a acuerdos sociales injustos no siempre se produce mediante la coacción, la amenaza o la negociación. Observó que muchas personas se someten a sistemas opresivos y de explotación sin resistencia, pudiendo así actuar por su propia voluntad e incluso mostrar satisfacción a pesar de sus posiciones inferiores, siendo explotados por otros. Muchas veces, incluso ante la oportunidad de luchar por la libertad, los sirvientes consienten en el sufrimiento al que están sometidos o incluso lo buscan. Partiendo de la base de que esta es una situación que se encuentra todavía en el mundo contemporáneo, el artículo trata de comprender mejor esta idea, dialogando con otros estudiosos y obras literarias que retratan la naturaleza humana y los fenómenos sociales. Sobre la base de esas reflexiones, se elabora un análisis crítico de algunas cuestiones relacionadas con la gestión de personas, que demuestra cómo se puede observar la servidumbre voluntaria en diversos aspectos de las relaciones de trabajo y las prácticas de gestión. El texto se desarrolló en forma de ensayo teórico, valorando así las percepciones y análisis subjetivos.

PALABRAS CLAVE: Servidumbre voluntaria. Comportamiento humano. Gestión de Personas.

Abstract

Five centuries ago, Étienne de La Boétie proposed the concept of voluntary servitude, emphasizing that not always the curtailment of freedom and submission to unjust social arrangements occurs through coercion, threat or bargaining. He noted that many people submit to oppressive and exploitative systems without resistance, thus being able to act of their own free will and even demonstrate satisfaction despite their inferior positions, being exploited by others. Often, even when faced with opportunities to fight for freedom, servants consent to the suffering to which they are subjected or even seek it. Based on the assumption that this is still a situation found in the contemporary world, the article seeks to better understand this idea, dialoguing with other scholars and literary works that portray human nature and social phenomena. Based on these reflections, a critical analysis of some issues related to People Management is developed, demonstrating how voluntary servitude can be observed in various aspects of work relations and management practices. The text was developed in the form of a theoretical essay, therefore valuing subjective insights and analysis.

KEYWORDS: Voluntary servitude. Human behavior. People management.

1. Introdução

A busca pela liberdade é vista, por estudiosos do comportamento social, como uma característica intrínseca aos seres humanos. Assim, ações de limitação da liberdade, de submissão a outros ou a sistemas opressores deveriam se dar, necessariamente, por meio da coerção, da ameaça ou, no mínimo, de barganhas, com o oferecimento de determinadas vantagens em troca de certas restrições. Historicamente, muitas pessoas, grupos sociais ou mesmo povos sofreram suplícios, os quais eram aplicados visando a afirmação de um poder maior, que utilizava de sua força para impor suas estruturas e preservar seus interesses. Tais suplícios não necessariamente são de caráter físico, podendo, como lembra Foucault (2014), assumir o caráter de uma gama diversificada de sofrimentos, muitas vezes manifesta em rituais voltados para a afirmação dos poderes que alguns exercem sobre os outros. Seja da forma que for, legal ou não, explícita ou dissimulada, física ou psicológica, individual ou coletiva, a dominação ocorreria, a princípio, em decorrência de algum tipo de imposição violenta contra a qual o indivíduo não teria meios de reação.

Rompendo com esses pressupostos, o filósofo francês Étienne de La Boétie (1530-1563) estudou a servidão voluntária, destacando que muitas pessoas se submetem a situações de opressão e exploração por vontade própria ou, ao menos, aceitando sem oferecer qualquer resistência, podendo ainda demonstrar satisfação. Dedicou-se, então, ao estudo do mistério que percebia na obediência civil a tiranias, procurando compreender como é possível que alguém consinta com sua própria escravidão. Percebeu que alguns indivíduos ficam encantados com seus opressores, como se enfeitados de forma tal que passam não apenas a aceitar como mesmo a gostar das pessoas que os dominam e dos sistemas injustos nos quais estão inseridos. Fez questão, também, de diferenciar essa atitude da mera covardia, pois seria ainda mais grave. Covardes gostariam de lutar contra o que lhes prejudica, mas não têm força ou coragem suficientes. Os servos voluntários gostam de ser dominados, por mais injustos que sejam os mecanismos opressores que sobre eles agem.

Vale destacar que o século XVI, no qual La Boétie viveu, foi fecundo em estudos sobre filosofia política. Seus estudos seguiram, conforme realça Rothbard (2012), o método dos escritores renascentistas, em especial Nicolau Maquiavel (1469-1527), porém com uma diferença fundamental: enquanto esse ofereceu ao príncipe subsídios sobre como fortalecer seu poder, La Boétie pretendeu denunciar os poderes tirânicos, na esperança de ajudar a combatê-los. Dessa forma, ele não apenas atacou os governos

opressivos, como diversos outros já haviam feito, mas contribuiu com um *insight* da maior importância: a percepção de que as tiranias somente sobrevivem quando contam com aceitação popular, quando o povo se mostra favorável à própria subjugação. Passou, então, a buscar compreender esse mistério da obediência civil, capaz de levar a sociedade a obedecer ao comando de governos constituídos por pequenos grupos, que exercem o poder de forma lesiva aos interesses da maioria.

Na obra “O discurso da servidão voluntária”, publicada em 2017, somente após sua morte, portanto, La Boétie aponta o hábito, entendido como os costumes que se firmam ao longo do tempo, como principal fonte da aceitação da tirania. Muitas pessoas seriam educadas por seus pais a aderir a sistemas opressivos. Os governos contribuiriam nessa direção, oferecendo à população o circo, representado pelas mais diversas formas de diversão. Também agiriam nessa direção por meio da manipulação ideológica, fazendo crer que os tiranos são sábios e justos, chegando mesmo a agir de forma benevolente. Com isso, mesmo tendo condições de se rebelar e romper com a tirania, o povo acabaria renunciando a suas liberdades e receberia o próprio sofrimento de forma naturalizada, sendo, assim, induzido a uma aceitação passiva ou mesmo à valorização dos arranjos que o oprimem.

O pressuposto aqui adotado é que o *insight* que La Boétie teve em relação aos governos tirânicos pode ser aplicado a outros tipos de relacionamentos pessoais e sociais que, a despeito de serem claramente injustos, despertam aceitação passiva ou mesmo defesa por parte dos que são subjugados. Despertou essa possibilidade a leitura da tese de doutorado em Ciências Sociais “Vida de filho de criação na Zona da Mata de Minas Gerais” (AZEVEDO, 2017). Nela, a autora usou o conceito de servidão voluntária para analisar as histórias de crianças e adolescentes de baixa renda que foram incorporadas por famílias mais abastadas em uma condição nada favorável. Mascarada sob o nome de “filhos”, na realidade essa relação representava uma forma de trabalho não assalariado, feito em troca de alimentação e um mínimo de cuidados e segurança. A pesquisa realizada demonstrou que essas pessoas naturalizavam a exploração sofrida, percebendo predominantemente os aspectos que julgavam positivos em relações claramente abusivas. A utilização do estudo da servidão voluntária nesse objeto de pesquisa foi o que induziu o interesse no desenvolvimento do trabalho aqui apresentado.

O objetivo geral perseguido neste estudo foi, então, identificar as possíveis contribuições do conceito de servidão voluntária para o campo da gestão de pessoas. Parte-se do pressuposto que tal conceito pode auxiliar na busca de um entendimento mais profundo de alguns dilemas e paradoxos percebidos nas teorias e práticas organizacionais, desvelando comportamentos aparentemente sem sentido manifestos na disposição que algumas pessoas demonstram à submissão passiva diante de arranjos injustos e condições precárias.

Este artigo possui natureza qualitativa, à medida que, conforme destaca Creswell (2010), envolve uma análise interpretativa na qual os pesquisadores interpretaram as teorias estudadas, desenvolvendo reflexões críticas sobre os temas enfocados. Trata-se de um ensaio teórico, que, nas palavras de Meneghetti (2011, p. 321), é um estudo que envolve uma “relação permanente entre o sujeito e objeto, um vir-a-ser constituído pela interação da subjetividade com a objetividade dos envolvidos”. Para Bertero (2011), diferente do que ocorre com o conhecimento elaborado sob a forma da ciência positiva, não existe uma metodologia definida para os ensaios teóricos. Por essa razão, este artigo, ao contrário do comumente encontrado nos periódicos acadêmicos, não traz uma seção dedicada à apresentação dos procedimentos metodológicos adotados. O autor afirma, ainda, que os ensaios envolvem o uso da intuição, representada pela busca do conhecimento na forma de *insights* e não segundo a progressão por etapas originária da *episteme* característica dos métodos indutivos e dedutivos da ciência moderna. Busca-se, em uma abordagem oriunda da tradição platônica, a *eikasia*, que envolve um conjunto de imagens e percepções singulares, a partir das quais se forma a *doxa*, constituída por opiniões apoiadas na *eikasia*. Dessa forma, é possível descortinar novos horizontes, criando condições favoráveis à manifestação da *nôesis*, que seria a forma de conhecimento mais elevado, acessível aos que, na conhecida parábola platônica, conseguiram deixar a caverna e que, no lugar da base empírica, se fundamenta em construções intuitivas. É justamente por estar assim fundamentado que este ensaio parte não apenas de obras filosóficas e acadêmicas, incorporando também contribuições de clássicos da literatura e até de letras de músicas.

O artigo está dividido em cinco seções, contando com esta introdução. A próxima destaca a contribuição de La Boétie, buscando aproximações com as proposições de outros estudiosos capazes de contribuir para o melhor entendimento da servidão voluntária e seus reflexos nas relações sociais. Depois, o diálogo é ampliado para além das fronteiras da produção acadêmica, alcançando obras literárias e ainda letras de músicas. Na sequência, é destacado como o conceito de servidão voluntária dialoga com a gestão de pessoas, em especial com os estudos críticos desenvolvidos nessa área. Por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando as principais questões abordadas ao longo do texto.

2. A contribuição de La Boétie e diálogos com outros pensadores

O período em que La Boétie desenvolveu seu estudo sobre servidão voluntária foi marcado pela prevalência de regimes políticos absolutistas e pela forte influência da igreja nos governos europeus. Como destaca Sousa (2017), ele dissertou sobre as incertezas de se permitir às condições de um soberano, que detém o poder de ser tirano quando quiser. Atentando-se a essa realidade, o autor aponta que o oprimido legitima o seu lugar por escolher a servidão.

Essa percepção fica evidenciada na seguinte afirmação: “É o próprio povo que se escraviza e se suicida quando, podendo escolher entre ser submisso ou ser livre, renuncia à liberdade e aceita o jugo; quando consente com o seu sofrimento, ou melhor, o procura.” (LA BOETIE, 2017, p, 31). Aqui está uma espécie de resumo da constatação indutora dos estudos que culminaram no ensaio O discurso da servidão voluntária: a renúncia da liberdade sem o uso de violência, homens que se tornam de outros homens e por eles são explorados, violentados, espontaneamente.

Partindo desse contexto, o filósofo indagou o porquê desse curioso desejo de servir e sobre como ele se instala de maneira que se naturaliza. “[...] Procuremos, entretanto, compreender, se for possível, como essa vontade obstinada de servir criou raízes tão profundas que se julgaria que o próprio amor à liberdade não é tão natural.” (LA BOETIE, 2017, p, 31). Mitrídates, em sua lenda, ao tomar pequenas doses de veneno, garantiu sua imunização contra eles, ao longo do tempo. Recorrendo-se à essa história, buscou elucidar sua interrogação: “E como dizem de Mitrídates, que foi se acostumando aos poucos ao veneno, aprendemos a engolir sem achar amargo o veneno da servidão.” (LA BOETIE, 2017, p, 36).

Corroborando o pensamento exposto, o hábito enseja a naturalização. As ações voluntárias, quando aplicadas reiteradas vezes, se tornam automáticas e, conseqüentemente, naturaliza-se. Assim, La Boétie reforça que a natureza tem controle sobre a conduta do indivíduo, mas o hábito a suplanta. “Não se pode negar que a natureza nos dirige para onde quer, bem-nascidos ou malnascidos, mas é preciso confessar que ela tem menos poder sobre nós que o hábito. Um bem natural, por melhor que seja, perde-se quando não é cultivado, e o hábito nos conforma sempre à sua maneira, apesar da natureza.” (LA BOETIE, 2017, p, 36- 37).

É válido destacar que a relação humana detém instituições, formais e informais, que colocam sempre o outro àquilo que não a pertence, isto é, estabelecendo-se. A compreensão do que se é pleiteia a diferença do outro, de seu não pertencimento que, muitas vezes, outorga a dominação. Por exemplo, em seu livro “O Segundo Sexo”, Beauvoir (1970) dissecou a conjuntura da mulher, na perspectiva do feminismo, em diferentes tipos de sociedades. A autora destaca a alteridade, a condição que é do outro, como o esteio das relações históricas de resignação. Trata-se, portanto, de uma percepção que dialoga com os estudos de La Boétie, caminhando na mesma senda da busca de compreensão dos mecanismos indutores da acomodação perante o próprio sofrimento e exploração, sustentada não propriamente pela falta de condições de reagir, mas, fundamentalmente, pela decisão de que é aceitável ou mesmo justo o jugo que lhe é imposto. Assim se percebe no seguinte trecho:

[...] a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si.
[...] Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são "outros" e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro

país são considerados "estrangeiros" Os judeus são "outros" para o anti-semita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários" (BEAUVOIR, 1970, p, 11).

Dessas afirmações, depreende-se que a limitação do outro é mister para o jugo e a aceitação deste o legítima. Em outras palavras, ao permitir a dominação, inevitavelmente o oprimido se inferioriza, consente sua objetificação e, portanto, define-se. Assim, historicamente, é possível analisar que a identificação, o sentido de pertencimento, cria um sentimento de família que protege e acolhe seus integrantes, e apenas estes. O outro não detém os mesmos direitos, as mesmas dores porque é configurado como outro, o ínfimo, o menos homem e, amiúde, consente tal condição.

Para parte dos filósofos, o indivíduo vem ao mundo predestinado por valores sociais. Mesmo antes de se reconhecer como pessoa, já se tem delineado seu papel e sua função social. No entanto, o existencialismo coloca o homem como responsável pelo seu destino, pelas suas ações, pela criação de si. Reforça, assim, que, com a ausência dos conceitos condicionantes da sociedade que o define, ele seria o autor dessa realidade, ou melhor, o autor do que se é. Sartre, por exemplo, em sua obra "O existencialismo é um humanismo", explana que o homem é o legislador de sua existência e, assim, além de responsável por si, é responsável por todos.

Que significa, aqui, que a existência precede a essência? Significa que o homem existe primeiro, se encontra, surge no mundo, e se define em seguida. Se o homem, na concepção do existencialismo, não é definível, é porque ele não é, inicialmente, nada. Ele será apenas alguma coisa posteriormente, e será aquilo que ele se tornar. Assim, não há natureza humana, pois não há um Deus para concebê-la. O homem é, não apenas como é concebido, mas como se quer, e como ele se concebe a partir da existência, como se quer nesse ela de existir, o homem nada é além do que ele se faz (SARTRE, 2014, p, 19).

Essa ordem de que o homem existe e se define, intrínseca ao existencialismo, é invertida na servidão voluntária: o homem é definido e, posteriormente, existe. O indivíduo não se cria, é criado. A construção social, quando um indivíduo é concebido, lhe dá respostas de quem, ou do que ele é e de sua incumbência no ambiente em que se encontra. A educação se torna o esteio desse controle. O indivíduo é apresentado, ao chegar à sociedade, a um conjunto de valores e práticas construídos em decorrência das experiências acumuladas ao longo de muitos anos, marcados por eventos, modos de produção, modelos econômicos e outras características que vão então moldá-lo. Logo, além de se autoconhecer, precisa entender o seu espaço e os papéis que lhe cabem. Desse modo, a educação tem um papel estrutural para a constituição do homem:

O homem é naturalmente livre e quer sê-lo, mas sua natureza é tal que se amolda facilmente à educação que recebe. Digamos, portanto que, se todas as coisas se tornam naturais para o homem quando se acostuma a elas, só permanece em sua natureza aquele que deseja apenas as coisas simples e não alteradas. Assim, a primeira razão da servidão voluntária é o hábito. [...] Os homens dizem que sempre foram súditos, que seus pais viveram desse modo. Pensam que são obrigados a suportar o mal, persuadem-se com exemplos e consolidam eles mesmos, com o passar do tempo, a posse daqueles que o tiranizam. Mas, na verdade, os anos nunca dão o direito de praticar o mal. Antes, aumentam a injúria (LA BOETIE, 2017, p, 41).

A ação do processo educativo sobre o indivíduo pode permitir características como a percebida pelos existencialistas, da existência preceder a essência. Ademais, há também a da essência preceder a existência, definindo a essência do indivíduo antes mesmo dele existir, turvando o senso crítico e o florescimento do pensamento, conservando-se estruturas, em muitos casos, de soberania.

Há fatores externos que interpelam os indivíduos e produzem efeitos consideráveis para a defesa preventiva da ordem, mecanismo pela qual os poderes dominantes refreiam a expansão de atos que os

ofendam. A coerção social é uma das ferramentas utilizadas para essa tarefa, como destacado, por exemplo, por Durkheim (1978), em “As regras do método sociológico”. Chamada de indireta, esse tipo de coerção, por suas características, costuma ser compreendida como ineficiente. Entretanto, sendo mais silenciosa, quase imperceptível, torna-se, muitas vezes, ainda mais forte e eficiente. Para isso, o pensador disserta sobre os fatos sociais, maneiras de agir, de pensar e de sentir externas ao indivíduo que criam impactos em suas ações:

Estamos, pois, em presença de modos de agir, de pensar e de sentir que apresentam a notável propriedade de existir fora das consciências individuais. Não somente estes tipos de conduta ou de pensamento são exteriores ao indivíduo, como são dotados, dum poder imperativo e coercitivo em virtude do qual se lhe impõe, quer ele queira quer não.[...] Aliás, a coação não é menos eficaz por ser indireta (DURKHEIM, 1978, p. 88).

Nota-se, portanto, uma clara semelhança com os processos de dominação decorrentes da servidão voluntária, os quais, a despeito de serem mais sutis do que os que são impostos a força, acabam se revelando muito mais potentes no aprisionamento das pessoas exploradas, espoliadas de seus direitos.

A educação, nesse papel, tem a função de apresentar a sociedade ao indivíduo, transmitindo regras calcadas socialmente que, quando ultrajadas, são protegidas por discípulos reprodutores dessa pedagogia. Cria-se, então, um exército pretensamente onisciente, onipotente e onipresente, capaz de reforçar essas regras impostas. Não obstante, a não manifestação desses mecanismos concorre para a ausência de poder. A não reprodução desses estigmas atrofia a mola precursora dos preconceitos estigmatizados como a realidade do ser, deslegitimando sua autoridade: “Não é preciso combater nem derrubar esse tirano. Ele se destrói sozinho, se o país não consentir com sua servidão. Nem é preciso tirar-lhe algo, mas só não lhe dar nada. O país não precisa se esforçar-se para fazer algo em próprio benefício, basta que não faça nada contra si mesmo” (LA BOÉTIE, 2017, p. 28).

Vale também reflexão com base na obra “O Príncipe” de Maquiavel, a qual destacam de forma clara e interessante que, assim como existem maneiras de servir que são repassadas, há aquelas voltadas para a dominação. Sendo a perpetuidade do poder uma das preocupações fundamentais de um governante, as mais cruéis estratégias para a manutenção do domínio sobre a nação acabam sendo legitimadas:

Porque os romanos nestes casos fizeram o que todo príncipe prudente deve fazer: não só remediar o presente, mas prever os casos futuros e preveni-los com toda perícia, de forma que se lhes possa facilmente levar o corretivo, e não deixar que se aproximem os acontecimentos, pois deste modo o remédio não chega a tempo, tendo-se tornado incurável a moléstia (MAQUIAVEL, 2014, p. 21).

Desse modo, é entendido por um soberano que, para ser rei, é forçoso ser rei de alguém ou para alguém. O indivíduo, quando não consente o jugo, não legitima o opressor como superior e tampouco se inferioriza. Isso, cada vez mais disseminado, potencializa a insubmissão em massa e, conseqüentemente, o aviltamento do poder. Desse modo, os costumes são reflexos de uma sociedade e de seus processos de dominação. A servidão voluntária se revela, então, como uma eficaz forma de contenção de potenciais processos de subversão da ordem estabelecida, evitando a contestação dos mecanismos de controle.

As crenças prevalentes e a comunicação socialmente difundida representam outros fundamentos da manutenção dos processos de dominação. A maneira como a comunicação se estabelece transmite traços de um poder hegemônico, os quais, quando reproduzidos, o corroboram. A sociedade em que se vive acaba por ser vista como a única realidade, a única experiência e a única verdade, impossibilitando leituras alternativas à civilização e sua história. Tais características, intrínsecas à ordem social, são também percebidas por La Boétie como pilares indutores da servidão voluntária. É estabelecido, assim, um ciclo vicioso, no qual pessoas exploradas se convencem de que é natural os mecanismos que lhes oprimem e quanto mais naturalizam a opressão mais dela ficam reféns, agravando a submissão passiva e conformada.

A religião, por sua vez, com sua autoridade inquestionável, fundada em dogmas, representa outra potencial fonte de perpetuação dos arranjos tirânicos e de indução da servidão voluntária. Compartilhando o poder com o Estado, fomentava, em especial na época de La Boétie, as ideias de dominação, apresentando Deus como uma autoridade superior a todos os homens, inquestionável, o qual seria o instituidor desses princípios.

Esse artifício impossibilita o que Husserl (2020) defendeu como conhecimento e objeto conhecido. Em seu registro “A ideia de fenomenologia”, destacou que o conhecimento detém uma subjetividade, diferente do objeto conhecido. Por vezes, a verdade é concebida da experiência pessoal, que é um fragmento de uma realidade. Entretanto, o objeto conhecido vai além dessas experiências e das realidades estabelecidas, obstando-se um contraponto. Os comportamentos e modos de falar espelham, portanto, a educação projetada pelas instituições, trazendo, por meio da troca de experiências coletivas, estigmas do ambiente em que se habita. Porém, quanto menos se manifestam divergências de ideias, mais distante se fica do objeto conhecido discorrido por Husserl. A comunicação cria, assim, poder sobre os indivíduos, pois se não for bem trabalhada, perde seu papel de síntese de pensamentos e propõe a exortação do condicionamento do sistema.

Vale também resgatar o pensamento de Nietzsche, em “Genealogia da moral”, obra na qual defende que a criação dos conceitos morais, como bom e mau, detém valores aristocráticos, utilizando-se da língua como expressão de poder. Assim, os estigmas sociais jamais são arrefecidos, enraizando-se as hierarquias acolhidas em um nicho específico: “Em vez disso, foram os próprios “bons”, ou seja, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamentos, que sentiram e estabeleceram a si próprios e a suas ações como bons, isto é, como algo de primeira categoria, em contraste a tudo que fosse mesquinho, inescrupuloso, vulgar e plebeu.” (NIETZSCHE, 2017, p. 19).

Para La Boétie, um dos sustentáculos da servidão voluntária é justamente o medo de ficar estigmatizado. Os servos sentem-se seguros, de alguma forma, quando ajustados e submissos a um arranjo hierárquico. Temem, em consequência, o que pode lhes advir a partir de um eventual confronto com seus dominadores. Esse sentimento de acomodação explicaria a passividade que assumem e a forma como se submetem de bom grado a todo tipo de injustiça sem nem mesmo perceber o quanto estão sendo prejudicados.

Posto isso, com o tempo, esses juízos se naturalizam, são reproduzidos como se fossem elementos comuns à essência do homem e seu caráter na história, na religião, na psicologia, na moral e na ética. Desde cedo, esses conceitos são repassados, sendo familiarizados de acordo com o seu papel no ambiente em que se está inserido:

Os homens nascidos sob o jugo, depois alimentados e educados na servidão, sem olhar mais à frente, contentam-se em viver como nasceram e não pensam que têm outros bens e outros direitos a não ser o que encontram. Chegam finalmente a persuadir-se de que a condição de seu nascimento é a natural (LA BOETIE, 2017, p. 36).

Paradoxalmente, a servidão voluntária pode ser percebida como sendo não uma maldição e sim uma benção. Como visto no existencialismo, o indivíduo precisa construir sua identidade, definindo, por meio da mesma, o que seria sua essência. Com o eventual aumento da liberdade, instala-se, não mais a limitação, mas a falta dela, o excesso de escolhas. Assim se posiciona outro autor com quem vale a pena dialogar: “Há um desagradável ar de impotência no temperado caldo da liberdade preparado no caldeirão da individualização: essa impotência é sentida ainda mais odiosa, frustrante e perturbadora em vista do aumento de poder que se esperava do aumento de liberdade trouxesse” (BAUMAN, 2001, p. 63). Fica evidenciada, dessa maneira, a ameaça que a ampliação da liberdade pode representar para o servo. Constitui-se, em decorrência, a percepção de que melhor é permanecer sob o jugo da servidão, quando os arranjos que a sustentam, já consolidados e bem incorporados, emprestam segurança. A liberdade, em contraste, revela-se incerta e com potencial de desnudar as fragilidades de quem a busca.

Desse modo, consolida-se uma resignação orientada pela consciência do preço da liberdade, a qual assola o indivíduo que, por sua vez, busca adaptar-se às circunstâncias em que está inserido. É interessante que, além da realidade imposta, do hábito, da irracionalidade, a servidão pode ser reforçada pela consciência do esforço da sua mudança. Refletir sobre o que se é e encontrar seu espaço na sociedade representa uma tarefa árdua. Por isso, o indivíduo, ainda que se sinta capaz de mudar, acaba cedendo ao que já está imposto e à alienação. “O teatro, os jogos, as farsas, os espetáculos, os gladiadores, os animais ferozes, as medalhas, os quadros e outras drogas semelhantes eram, para os povos antigos, a isca da servidão, o preço de sua liberdade, os instrumentos da tirania” (LA BOETIE, 2017, p. 47).

Voltando-se o olhar para a sociedade política contemporânea, o cidadão, por se sentir incapaz da mudança e não saber dos seus direitos, deleita-se ao máximo com essas “generosidades” para recompensar sua insatisfação às condições de dependência. Nas relações do trabalho, do dia a dia, resigna-se ao perceber que o dispêndio de energia para mudança seria em vão, além de temer as penalidades que podem ser acarretadas pela desobediência. Com isso, esses de pequenos poderes criam pequenos tiranos em relações tais como: patrão e empregado, pai e filho, marido e mulher, entre várias outras. A servidão, nesses casos, apesar de ser voluntária, não se funda por completo na alienação. O indivíduo, observando uma relação de injustiça já naturalizada, acaba por tomá-la como imutável.

Cabe, nesse aspecto, dialogar com a obra de Paulo Freire, na qual se destaca que, por reconhecer a realidade de oprimido como natural, ao alçar posições superiores, um oprimido não perde a oportunidade de ser opressor. Freire (2013) defende que um oprimido, ao metamorfosear-se em opressor, faz-se pior que um opressor nato. Na vida, o indivíduo se depara com pequenas relações de poder, nas quais pode se mostrar cruel ao receber uma autoridade, uma condição de ser autoritário e arbitrário quando quiser. Essas relações sociais criam pequenos poderes, aos quais o indivíduo, mesmo reconhecendo a injustiça, submete-se por medo de perder essas “vantagens”, conforme destacou La Boétie (2017). Com efeito, essas “iscas”, nas conjunturas atuais, podem ser uma metáfora para novos expedientes que asseguram a dominação.

Pode-se, ainda, estabelecer um diálogo com a contribuição de Skinner (2006), que, em seu livro “Sobre o Behaviorismo”, desenvolve o conceito de instinto de rebanho. Esse seria o fenômeno decorrente da busca de adesão a comportamentos semelhantes a outros indivíduos que se encontrem nas mesmas contingências. Assim, um opressor que já foi oprimido, detém a experiência que o permite entender quais serão as reações geradas ao ser opressor e que não ter limites é o limite da servidão.

Outros estudos contemporâneos versam sobre o tema servidão voluntária, trazem o questionamento do porquê os seres humanos se prontificam a servir com tanta disponibilidade se seu estado natural é a liberdade. Nessa linha, Sousa (2013) argumenta que, muitas vezes, a ação de servir a um tirano traz sensação de segurança a quem serve, por isso o ato continua. “Ser livre é estar vulnerável às mazelas de qualquer um, ao passo que sofrer gratuitamente servindo se torna tolerável pela confiança costumeira de um destino seguro.” (p.3). A autora também afirma que:

É notável a disposição dos homens para a subordinação a um senhor. Mas, ao depararmos com esta completa e eficiente força humana voluntariamente servil capaz de satisfazer por completo a um só, sem infelicidade alguma, é difícil chegarmos a uma compreensão de tal realidade, visto que o opressor não tem mais do que a própria autorização dos povos, cidades, nações para exercer a tirania sobre estes (SOUSA, 2013 p. 2).

Hoffmann (2012), por sua vez, resgata a percepção freudiana, segundo a qual as massas, organizadas de forma acrítica diante de líderes, adotam comportamentos similares ao de pessoas submetidas à hipnose. A busca do eu rumo a um pretensão Ideal pode, na concepção do autor, direcionar um comportamento de submissão cega e mesmo prazerosa a alguém considerado superior, mais poderoso. Na hipnose, haveria, tal qual no amor, a manifestação do Ideal que representa um desejo de perfeição não atingido pelo eu. Em decorrência, o objeto passa a absorver a consciência do sujeito, induzindo-o à submissão a um ser percebido, na definição de Freud, como idealmente poderoso. Nesse processo, se manifesta uma constituição libidinal, cuja potência se direciona para um só objeto, uma outra pessoa, que

suplanta a busca do Ideal do eu. Estando todos os membros do grupo identificados ao Um, ocorre o fortalecimento da unidade da massa. Tal processo se revelaria tranquilizador para o indivíduo, pois:

O assujeitamento ao mestre e ao seu gozo mergulha os sujeitos no sono da razão, o que engendra monstros, como sabia Goya. O sujeito encontra um modo de fazer aí a economia do trabalho de pensar por si, com o benefício objetivo de não se ter de considerar [a si mesmo] como sendo um problema para si. Lembremos que é graças à tomada de consciência que o homem se torna um problema para si mesmo, de modo que a tragédia e a democracia vieram à luz desde Atenas (HOFFMANN, 2012, p.6)

Vieira, Marinho e Ghizoni (2018) realçam, na mesma direção de La Boétie, que a origem da servidão normalmente está associada à vontade do indivíduo a ela submetido. Dentre as causas dessa submissão, apontam os desejos de fugir da realidade ou de expurgar sofrimentos, assim como os costumes e tradições enraizados. Outro possível motivo para a submissão voluntária a sistemas injustos seria, na concepção dos autores, o medo da solidão, do desamparo, do abandono, o que reforça o comportamento massificado que, como destacado por Hoffmann (2012), revela-se tranquilizador. Para os autores citados, a servidão voluntária está inserida em uma dinâmica que, a partir do medo do desamparo social e psicológico, induz o indivíduo a assumir valores grupais ou de pessoas e entidades que considera superiores, suplantando sua própria identidade

Além das contribuições dos teóricos aqui destacados que, como se vê, favorecem o melhor entendimento da ideia de servidão voluntária e sua aplicação nos fenômenos sociais, é possível também estabelecer relações com algumas obras literárias. De forma poética e sensível, há autores bastante conhecidos que revelam sentimentos e situações relevantes no debate sobre esse conceito. A partir de trechos das obras selecionadas, são, então, desenvolvidas reflexões, em diálogo com os escritos de La Boétie (2017) e de outros estudiosos do comportamento humano e das relações sociais.

3. Diálogos com obras literárias

Uma das obras clássicas da literatura, o livro *A Metamorfose*, de Franz Kafka, retrata a história de Gregor, que se metamorfoseia em uma criatura. Ao mudar sua imagem, diferente da expectativa social, envilece-se:

É preciso que isso vá para fora — exclamou a irmã de Gregor. — É o único meio, pai. Você simplesmente precisa se livrar do pensamento de que é Gregor. Nossa verdadeira infelicidade é termos acreditado nisso até agora. Mas como é que pode ser Gregor? Se fosse Gregor, ele teria há muito tempo compreendido que o convívio de seres humanos com um bicho assim não é possível e teria ido embora voluntariamente (KAFKA, 1997, p. 51).

O pensamento kafkaniano pode contribuir para a compreensão da realidade de servidão manifesta, pois destaca que o indivíduo, quando se rebela, reprova a ordem, metamorfoseia-se no impróprio, no inconveniente, no envilecido. E esse processo é igualmente percebido por La Boétie como decorrente da aquisição de uma consciência expandida, fruto de uma educação que se revele emancipadora:

O sultão turco percebeu que os livros e a instrução dão mais que qualquer outra coisa aos homens o bom senso e o entendimento para se reconhecerem e odiarem a tirania. Compreendendo por que, em seus domínios, não há sábios nem ele os quer (LA BOETIE, 2017, p. 42).

Notam-se, assim, interseções entre os mecanismos atuantes na servidão voluntária e as práticas de suplícios, mencionadas anteriormente, pois ambos buscam a perpetuação do poder. Senão, a exclusão é

axiomática. Há, portanto, uma criação de mecanismos arbitrários e autoritários que excluem o questionamento e rejeitam o questionador, fomentando-se a opressão, a tirania e a utopia de um nivelamento social, econômico e cultural.

Na obra de José Saramago, encontra-se mais um exemplo de *insight* capaz de contribuir para o entendimento do conceito de servidão voluntária. Em “Ensaio sobre a cegueira” (SARAMAGO, 1995), destaca-se a importância de se ver enquanto os outros ficaram cegos. A visão permite a consciência sobre a existência do indivíduo e seus rituais nesse teatro de servidão cega e voluntária. Entretanto, uma cegueira em expansão acomete os homens, ainda que se reconheçam como capazes de ver. Tornam-se cegos que mesmo vendo, não veem. Assim também ocorre nos processos de servidão voluntária apontados por La Boétie: os servos, mesmo vendo o que lhes acontece, não veem o quão injustos são os arranjos nos quais estão inseridos.

Outro clássico da literatura a partir do qual é possível o estabelecimento de um diálogo com o conceito aqui abordado é “Os irmãos Karamazov”, de Dostoiévski (1970). A obra, construída no período do império russo, revela reflexões do homem ainda no cenário contemporâneo, com provocações como: “Se Deus não existisse, precisaríamos inventá-lo?” (p. 45). A ideia do transcendente Deus e da definição dele pelo homem podem ser diferentes, configurando-se um mecanismo de dominação. Todavia, essa questão existencialista que coloca o homem como responsável de sua existência, de sua identidade e, conseqüentemente, de sua liberdade, também o encarrega de seu aprisionamento. Esse instigante paradoxo revela como, até mesmo um movimento aparentemente libertário (no caso, a negação da existência de um ser superior a controlar a humanidade), pode induzir, ao contrário do que seria esperado, a limitações e restrições.

O autor destaca que o espírito humano é limitado por essência. Entender Deus está além do entendimento de um ente dessa consciência. Posto isso, uma das visões apontadas pela obra não é o repúdio a Deus, e sim à sua obra. A criação de Deus suscita um antropomorfismo, o fazer do pensamento dos homens a vontade de Deus, fomentando-se a ideia de religião como política, que detém características inconciliáveis.

O poder, em matéria civil e criminal, não deve pertencer à Igreja, porque é incompatível com sua natureza, como instituição divina e como associação que se propõe fins religiosos (...) Afinal, em terceiro lugar: A Igreja é um reino que não é deste mundo (DOSTOIEVSKI, 1970, p 60).

Vale aqui o estabelecimento de um diálogo com a perspectiva fenomenológica, Husserl (2020) afirma que objeto transcendente é aquele cujo conhecimento não está ofertado ou claro. Com isso, o concernente entre conhecimento e objeto conhecido transcendente é irrealizável, assim como quando não se pode comparar o objeto com sua imagem. No campo da fé, nem tudo é comprovado cientificamente. Ao associar política e religião, portanto, afirma-se que não há essa insuficiência lógica, quando se há fé. Isso permite um discurso tendencioso e uma criação de uma verdade que chancela seres iluminados capazes de proferir a voz divina aos outros.

Ainda sobre essa questão da existência ou não de Deus, pode-se considerar que aceitar a criação do divino, ultrapassando os limites da lógica, da não investigação, é uma concessão à dominação. Foucault (2014) disserta sobre a dominação pedagógica acerca do sistema panóptico bethaniano, que propõe a educação como mecanismo de manipulação, como não desenvolvimento crítico e racional de seres que tornam hipóteses em axiomas. Retornando ao questionamento da obra “Se Deus não existisse, precisaríamos inventá-lo?”, Deus se torna autor de atos humanos. Ainda que fuja dos crivos racionais, cria-se, através do hábito, um vício coletivo denominar a vontade divina como a vontade terrestre. Há, ainda, a ideia de que o crime se faz pelo autor e não pelo ato. Logo, enquanto Deus é o autor e não o homem, tudo se é permitido.

Além disso, aqueles que se entendem como capazes de traduzir a vontade santa querem, do mesmo modo, gozar de seus prestígios e privilégios. Nas sociedades norteadas pela tradição e pela fé, o indivíduo é restringido por ser homem, por ser humano. Com isso, para se santificar, para se aproximar de Deus,

deve seguir os passos da tradição construída por homens e instituições que emanam a vontade divina. Contudo, muitos, por serem seus escolhidos, julgando-se representantes de Deus, abstêm-se desses processos de purificação incorporados pela tradição e, conseqüentemente, da culpa.

Desse modo, a deificação da igreja e de seus integrantes abre espaço a atos ilícitos sem culpados, impedindo a civilização de sua evolução. Montesquieu (1996) defende a ideia que a liberdade fora dos limites da lei ela aprisiona. Assim, evolução requer o reconhecimento da responsabilidade do indivíduo e seu espaço, senão todos se aprisionam. Ao criar Deus, dissipa-se a culpa e os culpados: o porquê de Deus se torna subterfúgio à corrupção, à exploração, aos diferentes tipos de abusos em nome da fé e do amor.

Dito isso, muito desse discurso se transpassa a outras instituições. Nas famílias, por exemplo, a criação da vontade do divino é, sobremaneira, a vontade velada dos pais contra os filhos. Cria-se, assim como na Igreja com os fiéis, uma deificação dos pais com os filhos, tornando-se tudo permitido.

Repito-o, é um pendor especial de muitas pessoas o prazer de torturar as crianças, mas somente as crianças. Para com os outros indivíduos, esses carrascos se mostram afáveis e ternos, como europeus instruídos e humanos, mas sentem prazer em fazer as crianças sofrerem, é sua maneira de amá-las. A confiança angélica dessas criaturas sem defesa seduz os seres cruéis. Não sabem aonde ir, nem a quem se dirigir, e isto excita os maus instintos. Cada homem oculta em si demônio: acesso de cólera, sadismo, desencadeamento de paixões ignóbeis, doenças contraídas na devassidão, ou então a gota, a hepatite, isto varia. Portanto, aqueles pais instruídos praticavam muitas sevícias na pobre menininha. (DOSTOIEVSKI, 1970, p 255).

Nessas relações da tradição, o potencial tirânico do homem se revela nas pequenas oportunidades de poder: muitos, pelos reflexos de suas experiências, torturam, maltratam, abusam da sua autoridade, terceirizando-se a culpa. Lidar com a culpa é refletir a responsabilidade de si perante a sociedade e aos outros. É se certificar se o privilégio e o poder que se detém não se encontram na opressão e no desejo de outrem expiar pelas frustrações e traumas sofridos. Evitá-la é dizer não à mudança e sim ao aprisionamento.

Em vista da criação de Deus, do amor e do ódio que se perpassam institucionalmente, o ordenamento de Jesus de “amar o outro como a si mesmo” se torna uma tarefa árdua. O amor é o oposto do ódio e requer amadurecimento. E, amadurecer dói. Bobbio (1995) revela que as díades: direita e esquerda; bom e mau; amor e ódio entre outras demonstram, socialmente, força. Com frequência, o ódio é interpretado como o mais forte. Entretanto, amar é a força oposta, nem menos e nem mais, é apenas aplicada em locais diferentes: é a força contra si mesmo, é do interno ao externo, aparentemente é invisível aos olhos. É se nivelar ao Outro, reduzir o ego a ponto de sentir dor, a mágoa, a história do Outro, daquele que se oprime. É se responsabilizar da sua parcela de culpa e privilégio, quando se oprime. Enquanto o ódio, sua força é do externo ao inteiro, é lutar a todo custo por essa perpetuação de privilégios, nem pra que isso seja preciso guerra, morte, abusos. Não propõe nenhuma equidade e sim iscas da servidão, consoante Boetié (2017), para perpetuação de sua ordem.

Se Deus não existisse, tudo seria permitido aos Outros. Assim como Beauvoir (1970) aponta que a mulher sofre reflexos sociais por ser mulher, o homem, com a criação de Deus, sofre por ser humano-carrega constantemente a culpa por suas paixões, vontades de ser o que se é. De modo exposto, no sistema há aqueles mais iluminados e que criam o significado do amor, da sociedade, do indivíduo e de Deus. Com isso, torna-se quase inaplicável o amor, por ser uma luta do interno ao externo e que o indivíduo não consegue observar resultados imediatos, além de associar o amor ao ódio, porque é assim que é exposto institucionalmente. Por isso, Sartre (2014) aponta que o existencialismo é um humanismo, é um esforço individual ao coletivo que, independe da existência de Deus, do sistema em que se insere, o homem é responsável por si e, conseqüentemente, pelos outros. Por não ser tão visível, pelas próprias estruturas do sistema turvarem os reflexos do amor, muitos não confiam na existência e na força dele e acabam reproduzindo o que se ensinado sem reflexão: o ódio.

— Lembra-te sempre, rapaz — começou o padre, sem preâmbulos —, de que a ciência do mundo, tendo-se desenvolvido neste século sobretudo, dissecou nossos livros santos e, após uma análise impiedosa, nada deixou subsistir. Mas, dissecando as partes, perderam de vista o conjunto, e sua cegueira é de causar espanto. O conjunto se ergue diante dos olhos deles, tão inabalável quanto antes, e o inferno não prevalecerá contra ele. Será que o Evangelho não tem dezenove séculos de existência, não vive ainda agora nas almas dos indivíduos e nos movimentos das massas populares? Subsiste mesmo, sempre inabalável, nas almas dos ateus destruidores de toda crença! Porque os que renegaram o cristianismo e se revoltam contra ele, esses mesmos permaneceram no íntimo à imagem do Cristo, porque nem sua sabedoria nem sua paixão puderam criar outro modelo para o homem, superior ao indicado outrora pelo Cristo (DOSTOIEVSKI, 1970, p 179).

Embora com a ciência e com o desenvolvimento crítico e filosófico, dezenove séculos da criação de Deus foram estabelecidos. Assim, os valores arcaicos do ódio no amor, do bom no mau, inclusive, da própria culpa ainda impactam a sociedade contemporânea. Com isso, uma resposta à necessidade da invenção de Deus deixa-se de ser imperiosa quando se conclui que se tudo aquilo que ela autoriza para união dos homens é aquilo que os segregam.

Outra obra literária que pode inspirar o debate sobre servidão voluntária foi escrita por Chinua Achebe: “Things fall apart” (O mundo se despedaça, na edição em português), um clássico da literatura africana (ACHEBE, 2017). A sua história e seu contexto cultural, mesmo sendo tão diferentes, conseguem trazer uma identificação entre pessoas de outras realidades. Desse modo, o romance perpassa por dois pontos importantes: a construção da personalidade de Okonkwo, a qual se torna pertinente à análise, referenciando a colonização britânica na região e retratando as relações de poder e os mecanismos externos potenciais influentes nas ações humanas e no seu espaço.

Com um pai como Unoka, Okonkwo não teve o início na vida que muitos jovens tiveram. Ele não herdou nem um celeiro, nem um título, nem mesmo uma jovem esposa. Mas apesar destas desvantagens, ele tinha começado mesmo nas fundações do seu pai de um futuro próspero. Foi uma vida lenta e dolorosa. Mas ele atirou-se a ele como se estivesse possuído. E de facto estava possuído pelo medo da vida desprezível do pai e da morte vergonhosa (ACHEBE, 2017, p 18).

A construção da personalidade de Okonkwo revela reflexos de suas experiências e conjunturas. Num cenário poligâmico, agrário e machista, que variava de acordo com o potencial aquisitivo do indivíduo, o protagonista se constrói. Um dos pontos principais é sua busca incessante de ser o extremo-oposto do pai, Unoka, um tocador de flautas sem recursos, do qual se envergonhava. Logo, Okonkwo se torna muito rígido com si mesmo em vista da mudança desse cenário de pobreza e, conseqüentemente, do fracasso que lhe fora associado da imagem do pai. Com muito trabalho e esforço, ele alcança seus objetivos. A visão existencialista de que a existência precede a essência, de que o homem se faz, já destacada, é presente no personagem que usa de todos os contratemplos externos à sua força de mudança. Assim, tornando-se um proprietário de terras e um guerreiro de várias esposas que, em tal contexto, era sinônimo de sucesso. Nesse aspecto, nota-se uma confluência com a percepção de La Boétie (2017), para quem as crenças prevalentes exercem uma forte influência sobre o posicionamento dos indivíduos diante da servidão.

Entretanto, ainda que ele consiga galgar novos postos na aldeia, Okonkwo vive lutando contra qualquer semelhança de fraqueza que o remetia ao próprio pai. Desse modo, era rígido e cruel com os filhos e com as esposas, porque homens devem, em sua realidade, ser fortes e bravos. Além disso, sacrifícios humanos, se fossem da vontade dos deuses, eram concedidos. Viviam uma vida aos olhares dos outros para reafirmação de sua força. Ser e ter, ao personagem, configura-se iguais. Embora tenha traçado uma realidade oposta do pai, ele ainda se torna refém dos mecanismos externos. Em outras palavras, apesar de delinear sua essência com suas conquistas, ele sofre com os mecanismos externos. Durkheim (1978)

defende os fatos sociais que são fatores externos que interpelam os indivíduos de maneira que o conduzem a um fim. Dito isso, Okonkwo vive uma vida de superação constante dos estigmas impostos socialmente, disposto a ser perverso ou negligente, se necessário.

Dessa forma, o personagem depara-se com um desafio: ainda que se consiga mudar sua realidade, continua a agir de acordo com as estruturas socialmente condicionadas. Com muito esforço, Okonkwo consegue avaliar e escolher uma das opções oferecidas daquele cenário para se ser um vencedor ou um perdedor, de acordo com os parâmetros impostos pela sociedade. Seguindo piamente a opção de vencedor, os valores éticos e morais perdem sua força e tudo se torna permitido para sustentá-lo. Utilizando-se da ideia do pensamento dos Irmãos Karamazov “se Deus não existisse, precisaríamos inventá-lo”? O deus de Okonkwo reside na ideia de ser considerado vencedor. Os objetivos e as expectativas dos homens, portanto, acabam se tornando seus deuses, arrefecendo-se a ética e a moral como condutoras de suas ações. Ao ego, tudo se torna permitido. Como se vê trata-se de uma obra literária que retrata, de diversas formas, manifestações das questões levantadas por La Boétie e por outros estudiosos da servidão e das relações sociais.

Não só a literatura é possível extrair *insights* sobre o conceito de servidão voluntária e suas manifestações cotidianas. Na música popular brasileira (MPB), encontram-se diversas obras de grande valor literário, pela beleza e profundidade de suas letras. Um dos compositores de maior destaque é Chico Buarque, autor da canção Pedro Pedreiro (BUARQUE, 1966), cujos primeiros versos são:

Pedro pedreiro pensamento esperando o trem
 Manhã parece, carece de esperar também
 Para o bem de quem tem bem de quem não tem vintém
 Pedro pedreiro fica assim pensando
 Assim pensando o tempo passa e a gente vai ficando pra trás

O nome do personagem destaca a sua profissão, a qual costumeiramente representa uma parte indissociável da identidade, conferindo ao indivíduo aceitação social e fazendo com que os desocupados sejam marginalizados. É acrescentado, então, o qualificativo “pensamento”, inexistente no vernáculo e criado poeticamente para destacar a impropriedade de um homem simples, inserido em uma profissão pouco valorizada, pretender agir como um pensador. Pedro tem assim sua capacidade crítica reprimida, sendo ridicularizado por sua tentativa de pensar de forma mais profunda sobre sua existência. Além disso, o tempo dedicado à reflexão é qualificado como inútil, perdido e ainda capaz de atrapalhar a vida à qual o operário retratado precisa se submeter, afinal, “Assim pensando o tempo passa e a gente vai ficando pra trás”.

A letra segue:

Esperando, esperando, esperando, esperando o sol
 Esperando o trem, esperando aumento desde o ano passado para o mês que vem
 Pedro pedreiro espera o carnaval
 E a sorte grande do bilhete pela federal todo mês

São, então, destacados eventos que são reais e possíveis de serem esperados, como o trem que vai chegar e o sol, mescladas com outros que parecem distantes, como em “esperando aumento desde o ano passado para o mês que vem”. Destaca-se ainda a espera pelo carnaval, o mágico e idílico momento de subversão da ordem, quando os pobres podem vestir luxuosas fantasias, os despossuídos podem se fantasiar de reis ou de qualquer outro personagem e todos se sentem a vontade para subverter um pouco a ordem e os ditames impostos pela sociedade. Como já destacado, La Boétie (2017) entendia que os jogos e os espetáculos servem de meios para que os servos não se revoltem contra a servidão. Assim, longe de ser um movimento subversivo, essa festa popular pode ser vista como uma espécie de pelego, como são chamadas as mantas colocadas sobre o lombo dos cavalos para suavizar a montaria que facilitam a submissão dos animais, pois, ao oferecer uma espécie de válvula de escape para os problemas e angústias

cotidianos, acalma os ânimos, ajudando a evitar ações contestatórias da ordem vigente. A possibilidade de ser premiado na loteria, ainda que estatisticamente bastante improvável, também serve a esse mesmo propósito: a acomodação diante das injustiças da vida.

Mais adiante, encontra-se o seguinte trecho:

Pedro pedreiro está esperando a morte
Ou esperando o dia de voltar pro Norte
Pedro não sabe, mas talvez no fundo espere alguma coisa mais linda que o mundo
Maior do que o mar, mas pra que sonhar se dá o desespero de esperar demais
Pedro pedreiro quer voltar atrás, quer ser pedreiro pobre e nada mais

Esperar a morte retrata uma das mais profundas formas de resignação diante dos problemas da vida, não só pelo fim das aflições enfrentadas em uma existência limitada e dura, como também pela promessa do céu, do paraíso e similares, abraçadas pelos religiosos. A volta para o Norte remete à história de vida, carregada silenciosamente por muitos Pedros, nordestinos ou nortistas, que migram para as cidades mais prósperas do Sudeste em busca de oportunidades de construir uma vida melhor. Diante das severas mazelas que enfrentam, no entanto, acabam tendo saudade do tempo em que viviam em sua terra natal, quando, provavelmente, tinham muito maior capacidade de sonhar e de esperar, não de forma utópica, viver de modo feliz.

O autor realça também a riqueza do pensamento de Pedro, ao afirmar que, ainda que ele não saiba, no fundo espera alguma coisa “mais linda que o mundo, maior do que o mar”, revelando, dessa forma, o quão potente pode ser o pensamento livre, o desejo que brota do fundo da alma humana. Afinal, antes de ser pedreiro, Pedro é um ser humano, com potencial para alçar voos muito mais elevados do que aqueles que a sociedade castradora e indutora da acomodação lhe impõe. O pensamento pode se tornar o caminho por excelência da libertação, da expansão da consciência e do resgate da dignidade. Por isso, como realça La Boétie (2017), a sociedade procura incutir hábitos de submissão aos servos de modo a que a força do costume suplante a própria natureza humana, da qual a capacidade de pensar é intrínseca. Mas, na história narrada de forma tão sensível por Chico Buarque, o aparente ato libertador de dar vazão ao pensamento, resgatando sua condição de ser humano, dura pouco. Afinal, o tempo está passando e Pedro sente que está ficando pra trás, seja metaforicamente, em relação aos seus sonhos e esperanças, seja literalmente, uma vez que o trem parece estar atrasado, o que pode lhe custar a perda de parte da remuneração por seu dia de trabalho. O desespero sentido pelo personagem remete ao que defende Hoffmann (2012), para quem o comportamento massificado e passivo diante das injustiças é estimulado pelo medo da solidão e do desamparo. Afinal, enquanto se mantiver obediente ao comportamento esperado das massas, sem agir de forma a subverter a ordem social, o indivíduo será respeitado, o que pode parecer bastante tranquilizador. Segue-se, então, a pá de cal em qualquer pretensão de pensar de forma mais profunda sobre a vida, quando Pedro decide que o que quer é ficar:

Esperando o dia de esperar ninguém, esperando enfim, nada mais além
Que a esperança aflita, bendita, infinita do apito de um trem
Pedro pedreiro pedreiro esperando o trem
Que já vem, que já vem, que já vem, que já vem.

Nota-se, nessa que é a última estrofe da letra, uma mudança significativa na qualificação de Pedro. Se antes ele era “pedreiro pensador”, agora é “pedreiro pedreiro”, como se a lembrar que nem mesmo um arremedo de pensador ele deve se considerar. Sua identidade profissional, que, como já destacado, é o que lhe confere aceitação na sociedade, precisa ser realçada a ponto de solapar qualquer tentativa de subverter a ordem das coisas imposta por uma sociedade estratificada, na qual a passividade é valorizada e o questionamento sobre o *status quo* mal visto. Renunciando, então, a sonhos antes qualificados como mais lindos que o mundo e maiores que o mar, o que lhe resta é aguardar ansiosamente a chegada do trem, evento que ele pode, realmente, esperar que aconteça. Embora banal, essa é agora uma esperança “aflita,

bendita, infinita” em um impressionante movimento de redução de expectativas, como se ele ouvisse uma voz a lhe dizer: “acorde, ponha-se no seu lugar, seu pensamento, seu pensador besteiro”. Como destacou La Boétie (2017), os servos sentem-se mais seguros quando se encontram ajustados aos arranjos sociais consagrados. Por isso, voltar a ser apenas um pedreiro, parece ter causado ao personagem um certo alívio, pela segurança encontrada na rotina a que já estava habituado.

A história de Pedro, similar à de tantas outras pessoas humildes, demonstra que a submissão a processos de servidão e exploração, embora de certa forma voluntária, é, antes, consequente da necessidade de sobrevivência em um sistema injusto e repressor. Enquanto esperava o trem, o personagem tem oportunidade de fugir, por um breve momento, de sua rotina diária, provavelmente apertada a ponto de lhe sonegar espaços livres e, com isso, começa a pensar e a sonhar. Logo, porém, é tragado de volta à realidade na qual está inserido. No final da música, seus desejos estão miseravelmente reduzidos à chegada do trem, de forma que pessoas como ele (e são bem numerosas), se indagadas sobre a vida vã, aparentemente, demonstrar conformismo e passividade, que foi o que La Boétie detectou nos seus estudos. Mas, até que ponto essa disposição em manter-se na servidão é mesmo voluntária? Será que os muitos Pedros Pedreiros não permanecem nos sistemas que lhes exploram “por livre e espontânea pressão”, como diz, de forma jocosa, o dito popular?

Outra canção de Chico Buarque que vale aqui destacar é “Deus lhe pague” (BUARQUE, 1971), na qual o autor discorre sobre fatos absolutamente banais e naturais, em relação aos quais não caberia nenhuma forma especial de gratidão. Essa expressão “Deus lhe pague” é normalmente utilizada em resposta a um favor recebido, a algo feito de forma benevolente. Mas, na música em questão, o que aparecem são direitos e não favores:

Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
A certidão pra nascer, e a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir.
Deus lhe pague

O pão representa o mínimo que uma pessoa precisa para sobreviver, uma necessidade fisiológica fundamental. O chão para dormir remete a uma situação de extrema pobreza, na qual não há nem mesmo uma cama para se deitar com maior conforto. A certidão para nascer denuncia que um dos mais naturais atos da vida, sair do ventre da mãe, é burocraticamente regulado. Sorrir e respirar, duas ações tão simples e corriqueiras, são apresentadas como motivo de gratidão a alguém, intrinsecamente superior, a quem o mais humilde precisa devotar obediência. A hierarquia, como já destacado, foi vista por La Boétie (2017) como instrumento de regulação capaz de preservar as estruturas sociais, ao dar a quem a ela se submete um sentimento de segurança e previsibilidade, em contraponto a um mundo complexo e imprevisível por natureza. Mais adiante, surgem esses versos:

Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir
Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir
Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem que cair
Deus lhe pague

Ainda que seja barata, a cachaça não é propriamente gratuita, mas o uso dessa expressão “de graça” pode simbolizar, nessa letra, que, por vezes, o sistema concede aos oprimidos uma válvula de escape, facilitando seu acesso a produtos que entorpeçam seu entendimento e reduzam seu ímpeto de contestar, como o circo, apontado por muitos estudiosos, incluindo La Boétie (2017), como fundamental para evitar a revolta dos servos. Por sua vez, agradecer pela fumaça que faz tossir e pelos andaimes precários que podem provocar graves acidentes se revela um forte contrassenso, um verdadeiro disparate, assim como o que vem logo em seguida:

Por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir
Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir
E pelo grito demente que nos ajuda a fugir
Deus lhe pague

Como agradecer pela agonia, pelo rangido dos dentes e pelo grito demente? E ainda, pela “paz derradeira, que enfim vai nos redimir”, ou seja, a morte, como aparece na última estrofe? Uma possível interpretação dessa letra poética é que se trata, na realidade, de uma ironia. É possível que o personagem, aparentemente grato, esteja, na verdade, protestando contra a vida medíocre e cheia de problemas que enfrenta. Ouvindo a melodia, essa impressão fica reforçada pelo fato da canção seguir em um volume, intensidade e ritmo crescentes, até um final que é quase gritado, como se fosse um desabafo e um protesto.

Assim como na música Pedro Pedreiro anteriormente destacada, cabe novamente a questão: até que ponto a servidão a que estão submetidas tantas pessoas é mesmo voluntária? A resignação ou mesmo a busca de manutenção de situações de exploração não seriam apenas superficiais, aparentes? Será que, no fundo, os passivos, que parecem até gostar das situações precárias nas quais estão inseridos, não estão revoltados e entristecidos? Não há como generalizar qualquer resposta, pois uma pessoa é sempre diferente da outra e, além disso, não há formas eficazes de levantar o que se esconde no íntimo de cada um. Mas são questionamentos que se revelam pertinentes.

Na próxima seção, são desenvolvidas reflexões sobre os modelos de gestão organizacional e de liderança, demonstrando como a servidão voluntária pode se revelar nos arranjos corporativos, em especial no campo da gestão de pessoas.

4. A servidão e a gestão de pessoas

Mesmo antes de existir como um campo de pesquisa próprio, a gestão de pessoas representava um objeto de interesse dos estudiosos em Administração. Assim, nas propostas de Taylor, Ford e outros pioneiros dos estudos sistemáticos sobre gestão, são encontrados posicionamentos a respeito do papel dos trabalhadores no processo produtivo e de como eles deveriam ser gerenciados.

Conforme destacam Ferreira et al (2009), Taylor acreditava que os métodos de racionalização do processo produtivo que propunha seriam capaz de beneficiar todas as partes envolvidas. Os empresários veriam seus lucros aumentarem substancialmente, os clientes teriam produtos melhores e mais baratos e os trabalhadores, por sua vez, despenderiam menor esforço, pela otimização dos tempos e movimentos e pelo recebimento de uma remuneração mais elevada. Essa suposição revela um pensamento utópico, de conciliação plena de interesse entre capital e trabalho, que o levou a declarar que os sindicatos se tornariam desnecessários, uma vez que não haveria mais conflitos trabalhistas. Algo muito diferente do que aconteceu, vale realçar, sendo o próprio Taylor processado pelo congresso norte-americano, acusado de ser um inimigo dos trabalhadores pelos métodos desumanos, baseados em um controle abusivo dos operários que implantou.

Um dos pilares do modelo taylorista foi a crença de que apenas as pessoas mais instruídas, ocupantes de cargos de nível superior, teriam condições de pensar a respeito dos processos produtivos, determinando, com apoio em um saber cientificamente comprovável, a melhor maneira para a realização de qualquer tarefa. Aos operários caberia tão somente cumprir rigorosamente os procedimentos padronizados por seus gestores. Esse pensamento condiz com o que La Boétie (2017) afirmou sobre a manipulação ideológica voltada para a difusão da crença de que há indivíduos qualificados para mandar e outros a quem cabe somente obedecer. A assimilação desse pressuposto induz, naturalmente, à servidão voluntária, à medida que impõe uma divisão clara entre os gestores e os liderados, similar à observada entre senhores e servos. O operário padrão proposto por esse modelo de gestão, que continua a ser adotado ainda hoje, mesmo tendo se passado mais de um século da publicação dos livros de Taylor, seria submisso

e passivo. Embora possam ser utilizados mecanismos de punição e coerção para forçar a obediência dos operários aos padrões de comportamento e às rotinas estabelecidos, quando voluntariamente eles se submetem, o controle se torna, naturalmente, mais fácil de ser exercido, o que induz muitos gestores a buscarem estratégias de sedução no lugar dos mecanismos de imposição.

A padronização e a submissão a uma hierarquia rígida são princípios fundamentais não somente do taylorismo, como também do fordismo, da administração burocrática e de vários outros modelos de gestão. Tratam-se de mecanismos de controle e submissão destacados por La Boétie (2017) como fundamentais para a manutenção da servidão voluntária, uma vez que, segundo o autor, os servos sentem-se mais seguros quando percebem que estão ajustados a padrões pré-estabelecidos e submissos a um arranjo hierárquico bem definido. Essa busca por segurança seria, como destacou Maslow (2019), um dos pioneiros do estudo do comportamento humano nas organizações, uma necessidade fundamental do indivíduo. A estabilidade dos arranjos sociais nos quais estão inseridas parece ser, para muitas pessoas, um elemento tranquilizador. Tendo em vista que a sociedade atual é marcada por profundas mudanças, que geram instabilidade constante, as respostas prontas encontradas nos padrões definidos e a solução simples de seguir uma autoridade estabelecida tendem a oferecer alívio a todos os que buscam meios de sobreviver às incertezas enfrentadas. Assim, o sentimento de segurança proporcionada pela servidão voluntária faz com que essa deixe de ser vista como uma maldição, transmutando-se em uma bênção, na percepção de muitos a ela submetidos.

Henry Ford, famoso empresário e pioneiro no uso de várias inovações tecnológicas e organizacionais que deram origem ao modelo que ficou conhecido como fordista, partindo das bases do pensamento taylorista, aprofundou a padronização do comportamento dos trabalhadores, como destacam Ferreira et al (2009). Enquanto Taylor se preocupava apenas com o desempenho profissional dos operários, Ford adotou mecanismos de controle que se estendiam à vida privada, incluindo, dentre outros, a relação mantida com os vizinhos, a forma como administravam seu dinheiro, a limpeza de suas casas e até o tipo de música que ouviam. Grandin (2010) narra um ritual promovido por Ford na recepção dos novos funcionários de sua empresa que impressiona pela forma manipulativa com que procurava submetê-los aos padrões que prezava. Tendo grande preconceito contra tudo o que se relacionava ao campo, região que percebia como atrasada em relação à cidade, considerada moderna, o empresário se viu, entretanto, obrigado a estender à zona rural o processo de recrutamento e seleção, no momento em que Detroit, cidade na qual estava instalada sua fábrica, vivia um contexto de pleno emprego. Estruturou, então, um curso de integração dos novos contratados que ia muito além de uma simples transmissão de valores e explicações sobre o funcionamento da empresa, como até hoje é comum de ser feito. O que se buscava era uma verdadeira “lavagem cerebral”, capaz de mudar totalmente o pensamento dos participantes. O ponto de culminância desse processo era o momento da formatura, que ocorria no auditório da companhia, na presença dos familiares e gestores. Os formandos tinham que entrar trajando roupas típicas de homens do campo, ao som de uma música *country* e de cabeça baixa, como a indicar fragilidade. Subiam ao palco, onde havia um caldeirão cenográfico, atrás do qual eles mudavam de roupa, vestindo os macacões de trabalho. Em seguida, desciam ao som de músicas consideradas mais modernas e urbanas e agora de cabeça erguida, sendo aplaudidos de pé pela plateia, que saudava uma pretensa transformação de “caipiras” em pessoas modernas, adaptadas aos padrões da indústria que os tinha contratado.

É difícil imaginar que hoje possa ser promovido, em qualquer empresa, um ritual tão claramente manipulativo e abusivo, mas, certamente, há formas mais sutis de dominação e sujeição a padrões de comportamento que continuam a ser adotadas. As teorias contemporâneas sobre gestão de pessoas costumam destacar o estímulo à criatividade como um elemento essencial ao bom desempenho profissional em um ambiente altamente mutável e competitivo. O que se vê na realidade de muitas empresas, todavia, é a valorização de comportamentos passivos diante dos ditames de modelos de gestão burocráticos e de gerentes autoritários. O elevado índice de desemprego, observado em muitos países, incluindo o Brasil, tende a reforçar, nos trabalhadores, o sentimento de que vale a pena se sujeitar aos comportamentos que lhes são impostos, conforme destacam Vieira, Marinho e Ghizoni (2018). Os autores também realçam que a promessa de pertencimento, de benefícios sociais, tais como plano de saúde ou

auxílio-educação, convida o indivíduo a se sujeitar às condições sugeridas pelo empregador. Nesse sentido, o indivíduo espontaneamente entrega-se de corpo e alma ao trabalho, mesmo que sob o preço de sofrimento patogênico.

Se nas primeiras décadas do século XX prevaleceu o modelo taylorista/fordista, no qual os trabalhadores eram percebidos como meros recursos produtivos, a chamada Experiência de Hawthorne, realizada entre 1927 e 1932, trouxe uma significativa mudança na percepção do comportamento humano nas empresas. Como destacam Ferreira et al (2009), essa experiência ocorreu na fábrica da Western Electric, empresa produtora de relés e equipamentos telefônicos e teve como objetivo identificar de que forma os trabalhadores poderiam ser estimulados a aumentar sua produtividade. Um grupo de operárias foi separado, então, em um ambiente controlado, no qual foram promovidas diversas modificações nas condições de trabalho, tais como a melhoria na iluminação, a introdução de intervalos para repouso e a redução da jornada diária. Ficou demonstrado, porém, que tais intervenções não foram determinantes no expressivo aumento de produtividade observado, no momento em que, a despeito das melhorias concedidas terem sido retiradas, o volume de produção continuou a subir. O aprofundamento da experiência revelou, então, que fatores de natureza psicológica e social, como o bom tratamento dispensado pelo supervisor daquele grupo, a liberdade para se comunicar com as colegas e o orgulho por receberem atenção dos pesquisadores, foram determinantes no bem-estar das trabalhadoras participantes e na sua notável dedicação ao alcance do objetivo que sabiam estar sendo perseguido na pesquisa, ou seja, o aumento da produtividade.

Hawthorne foi o ponto de partida dos diversos estudos realizados nas décadas seguintes sobre o fator humano nas empresas, que deram origem ao que hoje se conhece como gestão de pessoas. Liderança, motivação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, comunicação interna, clima organizacional, gestão do desempenho, treinamento e desenvolvimento e sistemas de recompensa, dentre outros, passaram a ser objeto de interesse dos gestores e estudiosos da administração. Por um lado, o reconhecimento de que as pessoas não são apenas peças da engrenagem produtiva e que precisam ser compreendidas de uma forma mais ampla, considerando sua subjetividade, representou um avanço no pensamento administrativo. Por outro, todavia, os esforços para a compreensão do comportamento dos trabalhadores e as ferramentas desenvolvidas pela gestão de pessoas tornaram-se, por vezes, manipulativos e indutores da servidão voluntária.

Essa indução pode ser percebida em diversos aspectos dos modelos gerenciais. Padilha (2015) destaca que um dos termos mais utilizados para designar a gestão empresarial, *management*, é derivado da expressão francesa *manège*, que representa a arte de domar cavalos. Trata-se, portanto, de um conceito que traz intrínseca a ideia de submissão e dominação. A autora também afirma que a gestão empresarial contemporânea tem sujeitado os trabalhadores aos ditames da produtividade a partir de um discurso de que a obediência aos padrões de comportamento instituídos é fundamental para a sobrevivência do negócio e para a garantia do emprego: “Esse modelo de organização que, em nome da competitividade do mercado, se assenta na ética dos resultados rápidos, acaba por legitimar uma sociedade em que todos vivem sob pressão, com medo de fracassar, de não estar à altura, de perder seu lugar” (PADILHA, 2015, p. 135). Se a gestão como um todo apresenta valores e ações indutores da servidão, esse problema pode ser percebido de forma ainda mais evidente em ações próprias da gestão de pessoas, conforme a seguir destacado.

Uma das principais atividades da gestão de pessoas é a de recrutamento e seleção, cujo objetivo é contratar profissionais com um perfil adequado às necessidades das organizações. Como destacam Paradela et al (2020), muitas vezes ocorrem invasões de privacidade e se manifestam preconceitos e discriminações, em um movimento apontado por Flores-Pereira e Eckert (2014) como direcionado para a padronização de comportamentos e a submissão da força de trabalho ao controle das empresas. Além disso, mesmo quando não acontecem abusos claros, costumam ser escolhidos os candidatos que se revelam mais aderentes a um perfil pré-determinado, em um movimento de reforço e manutenção da cultura e dos valores corporativos, em detrimento da contratação de pessoas mais criativas, com pensamento divergente. A despeito de ser comum a defesa do empreendedorismo interno como uma postura que deve ser cultivada,

o estímulo à passividade e à obediência são opostos ao conceito schumpeteriano de destruição criativa, base original do empreendedorismo (SCHUMPETER, 1985).

O mesmo que se observa no recrutamento e seleção, em termos de indução à passividade e acomodação, também se manifesta em outras atividades da Gestão de Pessoas, como a avaliação de desempenho. Como destacam Faria e Ramos (2015), os parâmetros de sucesso intrínsecos aos sistemas empresariais avaliativos nunca são definidos pelos participantes, sendo antes impostos a eles. Ocorre, dessa forma, uma heteronomia, ou seja, uma sujeição a um conjunto de regras definidas por outros que não os sujeitos da ação. Trata-se, portanto, de mais um movimento indutor da passividade e submissão dos trabalhadores. Tendo em vista que o resultado da avaliação de desempenho pode gerar a perda do emprego, quando deficiente ou, se considerado excelente, promoções e recompensas financeiras, os trabalhadores costumam se sentir induzidos à adoção de comportamentos adequados ao que deles se espera, ou seja, passividade e resignação. Diante da necessidade de fugir das punições e buscar as recompensas, podem julgar que vale a pena se sujeitar a qualquer tipo de abuso, reforçando um dos pilares da servidão voluntária, segundo La Boétie (2017), que seria justamente a percepção de que mais vale ser aceito e garantir uma certa estabilidade na vida do que se revoltar contra a exploração, sujeitando-se à incerteza trazida pelos eventuais embates com as autoridades estabelecidas.

Até mesmo as atividades de treinamento e desenvolvimento, a princípio vistas como promotoras do crescimento dos trabalhadores, podem se tornar mecanismos de indução à servidão voluntária. No modelo taylorista/fordista, tais atividades são focadas exclusivamente no adestramento dos participantes, na incorporação dos conhecimentos e habilidades necessários ao bom desempenho das atividades atribuídas ao cargo ocupado. Posteriormente, surgiram propostas direcionadas para a expansão dos esforços para além da simples qualificação, focando no desenvolvimento mais amplo dos educandos. Passou-se, então, a empregar o termo “educação corporativa” para designar o que seria uma forma mais avançada de investimento na qualificação profissional. Na percepção de Padilha (2015), todavia, isso não significa que tais processos não possam se colocar a serviço do controle e da manipulação dos trabalhadores:

A grande diferença entre a forma de compartilhamento natural do conhecimento e as novas formas de compartilhamento do conhecimento, promovidas pelas organizações é: o gerenciamento, manipulação e controle rigoroso do processo de aprendizagem a partir unicamente dos interesses do capital, fato que significa uma mudança sem precedentes na forma de gestão e educação de pessoas para o trabalho nas organizações ao interferir direta e claramente na cultura organizacional e ao criar proposadamente um imaginário enganador na organização (PADILHA, 2015, p. 85).

O que se observa, muitas vezes, é que, a despeito da utilização de modernas técnicas de ensino, como as metodologias ativas, os treinamentos vivenciais e os *games*, as atividades de capacitação costumam ser direcionadas para a assimilação de conceitos e valores de interesse das empresas, não favorecendo a emancipação dos educandos. São reforçadas, dessa forma, crenças prevalentes, as quais representam, na concepção de La Boétie (2017), fatores de contenção de potenciais processos de subversão da ordem estabelecida.

A forma como a liderança é exercida representa outro aspecto que tem merecido a atenção dos estudiosos da gestão de pessoas. Nas últimas décadas, diversas propostas foram apresentadas visando a instituição de mecanismos de participação, com base na crença de que a gestão participativa se revela a mais eficaz. Ainda persiste, no entanto, o estilo autocrático de liderança, adotado em muitas empresas como forma de coagir os trabalhadores para que sigam rigorosamente as decisões emanadas de seus superiores hierárquicos. Daí derivam comportamentos abusivos por parte de diversos gerentes que, a despeito de existir atualmente uma legislação direcionada para o combate do assédio moral, continuam a agir de forma desumana, humilhando os liderados de diversas formas. Esse tipo de problema não deve ser visto, como realça Padilha (2015), como uma manifestação patológica individual e isolada, pois, em uma visão sociológica, uma personalidade perversa, como a manifesta por vários gestores, só se mantém

quando a organização é permissiva. É válido supor, dessa forma, que as políticas corporativas respaldam, muitas vezes, a chamada liderança tóxica, que tende a impor aos trabalhadores um tratamento desumano, equiparando-os a servos, em uma realidade muito distante das pretensas parcerias que costumam ser propagadas nos manuais corporativos.

O termo “colaborador”, que tem sido largamente adotado para designar os trabalhadores, revela a pretensão de mascarar a realidade, transmutando as relações profissionais em uma pretensa colaboração desinteressada e benevolente. Trata-se de uma nova forma de se dizer que a empresa é como se fosse uma família e que os empregados precisam “vestir a camisa”. De forma um pouco mais sutil, essa expressão contribui para a difusão da ideia de que deve haver uma entrega apaixonada dos trabalhadores às organizações que os acolhem, sem exigir em troca recompensas proporcionais. Embora possa parecer uma questão de menor importância, as terminologias adotadas constituem, nos processos comunicacionais, um fator relevante.

A comunicação interna, por sinal, representa um dos temas que ganhou relevância desde o surgimento dos estudos sistemáticos sobre gestão de pessoas. Assim, em muitas organizações, o órgão incumbido da gestão de pessoas cuida também da comunicação corporativa, visando garantir uma maior eficácia na transmissão de informações e valores. Essa pode ser vista como uma importante forma de influenciar os funcionários para que se sujeitem aos ditames da produtividade, estimulando a passividade e a massificação do pensamento, aspectos fundamentais para o estímulo à servidão voluntária, conforme já destacado. Saraiva, Pimenta e Corrêa (2004) afirmam que os discursos organizacionais, ainda que se apresentem sob um manto de racionalidade, revelam-se, muitas vezes, indutores da alienação, manipulação e doutrinação dos trabalhadores. Em nome do pretenso bem comum inerente ao aumento da produtividade e ao progresso corporativo, os indivíduos inseridos no contexto de organizações cada vez mais competitivas são induzidos a desenvolverem esforços adicionais de cooperação, ainda que, para isso, tenham que renunciar a seus interesses e preferências pessoais. Os discursos corporativos têm sido, dessa forma, uma importante ferramenta de despersonalização dos trabalhadores, induzindo sua redução à condição de objetos socialmente ajustáveis.

Outros aspectos relativos à gestão de pessoas e às relações de trabalho poderiam ser aqui abordados, tais como a imposição da cultura organizacional em detrimento dos valores pessoais dos trabalhadores, as metas abusivas de produção, as ocorrências de assédio moral e de *burnout*, como é conhecido o estresse agudo. São bastante diversificadas e graves as formas como as políticas e práticas corporativas podem induzir os indivíduos à se sujeitarem a arranjos injustos e opressivos, mas, pelos exemplos aqui citados, fica clara a inadequação das formas como as ações da também chamada Administração de Recursos Humanos, ou, simplesmente, RH, são conduzidas em muitas empresas.

Seguem, na próxima seção, as conclusões a que foi possível se chegar com o desenvolvimento do presente ensaio.

5. Considerações finais

Este ensaio foi escrito com o objetivo de identificar as possíveis contribuições do conceito de servidão voluntária, proposto por Étienne de La Boétie para o campo de estudos da gestão de pessoas. Chamou a atenção dos autores, em contato com a obra seminal desse filósofo francês, que viveu no século XVI, a forma instigante como ela aborda uma situação que, a princípio, não parece fazer sentido: há pessoas que abrem mão de buscar a liberdade e se submetem passivamente, ou mesmo com prazer, a relações nas quais são oprimidos e injustiçados. Considerando que a busca pela liberdade costuma ser vista como uma característica intrínseca aos seres humanos, esse tipo de comportamento mereceu a atenção de La Boétie e revela-se interessante de ser analisado ainda hoje, uma vez que segue sendo percebido na sociedade.

É certo que é comum a ocorrência de ações intencionais de limitação da liberdade, empreendidas por aqueles que exercem poderes sobre outras pessoas, seja nas relações sociais e políticas das nações, nas

famílias ou nas organizações. Em geral, todavia, essas iniciativas são baseadas em ameaças, medidas coercitivas ou barganhas. Há casos, entretanto, em que os subjugados e limitados em sua liberdade parecem se entregar de bom grado à servidão. A submissão ocorre, por vezes, por vontade própria dos indivíduos, podendo demonstrar mesmo satisfação pelas condições a que estão submetidos. Em outros momentos, ainda que não sejam as vítimas que busquem a inserção nas relações servis, elas parecem não oferecer qualquer resistência às injustiças sofridas. Uma das manifestações nesse sentido é o encantamento com os opressores que muitas vezes se manifesta.

La Boétie afirmou que as tiranias somente sobrevivem quando contam com aceitação por parte da população. Por mais violentos que sejam os métodos de repressão, eles seriam insuficientes para conter, por muito tempo, movimentos emancipatórios, os quais, entretanto, nem sempre se manifestam porque os servos acabam se acostumando com sua condição e, em consequência, deixam de lutar pela liberdade. Esse processo ocorre, por vezes, de forma tão contundente, que parece haver uma vontade obstinada de servir, induzindo à suposição de que o amor à liberdade não seria tão natural como se crê.

A renúncia à liberdade e mesmo a busca da servidão não devem ser entendidas como manifestações de personalidades doentias atribuídas a movimentos individuais dos que nelas se envolvem. Valores relacionados à passividade, transmitidos pelos pais e reforçados no processo de socialização, representariam a base da construção de uma personalidade passiva diante das injustiças e da exploração por parte de pessoas mais poderosas. Manipulações são promovidas visando apresentar os tiranos como pessoas mais sábias e justas e que, por isso, merecem gozar de um *status* superior e de um poder diferenciado. A religião pode, também, reforçar esse pressuposto do direito natural que alguns teriam de governar e mandar, por terem, supostamente, sido escolhidos por Deus para funções que lhes concedem autoridade sobre os outros. Assim, muitos acabam induzidos a julgar aceitável ou mesmo justo o julgo que lhes é imposto.

A aceitação passiva da servidão corrompe a essência do ser humano, o qual, na visão existencialista, existe e, então, se define. Na servidão voluntária, o indivíduo é definido pelo sistema no qual está inserido e tem sua existência por ele condicionada. A sociedade exerce, então, um papel impositivo e castrador, apresentando a realidade vivenciada como se fosse a única possível, a verdade absoluta, não cabendo, portanto, leituras alternativas nem, muito menos, contestações. Cria-se, dessa forma, um círculo vicioso, no qual a sociedade induz as pessoas à sujeição a situações de injustiça e exploração e essas mesmas pessoas vão consolidando, com a passividade que adquirem, as estruturas opressoras.

Uma das causas da aceitação passiva ou mesmo da busca da servidão seria a tranquilidade ofertada pela inserção em sistemas hierarquizados e aparentemente estáveis, nos quais manifestam-se, ainda que de forma artificial, certezas capazes de criar uma sensação de segurança. O excesso de escolhas e a necessidade de buscar o próprio caminho, que caracterizam a vida livre, podem se revelar ameaçadoras para algumas pessoas, que se sentem inseguras diante dos desafios que precisariam enfrentar se fossem mais autônomas para definir seus caminhos. Dessa forma, a servidão deixa de ser percebida como um maldição e passa a ser considerada quase que uma benção. O comportamento massificado, que dispensa a tomada de decisões pessoais, revela-se, por vezes, tranquilizador. Fenômenos contemporâneos, como os chamados influenciadores digitais que reúnem grande número de seguidores nas redes sociais, são alimentados por esse tipo de sensação, de que é cômodo e seguro fazer parte de um grupo de comportamento padronizado.

Os mecanismos instituidores da servidão e estimuladores da passividade diante de suas manifestações foram estudados por diversos pensadores. Foram também revelados, de forma sensível, por obras literárias e letras de músicas, algumas das quais foram aqui destacadas. O uso desse recurso, de estabelecer diálogos com textos não acadêmicos, teve como objetivo buscar *insights* capazes de proporcionar uma melhor compreensão desse fenômeno da servidão voluntária e de suas manifestações e consequências.

O período no qual La Boétie viveu foi marcado pela prevalência de regimes políticos absolutistas. Passados cinco séculos, a democracia tem se consolidado como o regime político da maioria das nações,

superando o despotismo e preservando as liberdades individuais. Esse movimento observado na política não se deu da mesma forma, com a mesma intensidade, todavia, em outras relações sociais, em especial no campo do trabalho, foco de atenção do artigo.

Nas organizações de trabalho, a exemplo do que ocorre na sociedade como um todo, há práticas gerenciais, inclusive na área de gestão de pessoas, que instituem mecanismos ou mesmo rituais para estimular esse fenômeno. A passividade dos trabalhadores, em especial os menos qualificados e os ocupantes de cargos hierarquicamente inferiores, tem sido estimulada de diversas maneiras pelos arranjos organizacionais e os modelos de gestão adotados em muitas empresas. Os primeiros estudos sistemáticos da Administração, que remontam ao início do século passado, valorizaram sobretudo a obediência, a padronização do comportamento e a rigidez hierárquica, elementos percebidos por La Boésie e outros estudiosos como fortemente indutores da servidão voluntária.

É certo que o pensamento administrativo foi se modificando ao longo do tempo, sendo incorporadas novas formas de se ver os trabalhadores e reduzindo a pretensão de que o bom operário deva ser passivo, obediente e em nada questionador. Diversos estudos demonstraram que os seres humanos são complexos e ricos em seu potencial de contribuição, não devendo ser considerados como meros recursos de produção. Métodos e técnicas foram, então, desenvolvidos visando o aprimoramento das relações de trabalho e o melhor aproveitamento do potencial humano, com foco em questões como a adoção de uma liderança mais participativa, a manutenção de um ambiente organizacional cooperativo e com bom relacionamento interpessoal e a percepção da comunicação interna como elemento de difusão de informações e saberes. Também foram aprimorados os processos básicos da gestão de pessoas, como o recrutamento e seleção, as atividades de treinamento e desenvolvimento e a avaliação de desempenho. Ainda assim nota-se que permanecem traços claros de indução à submissão passiva dos trabalhadores, uma espécie de servidão voluntária.

Na verdade, o que mudou foi, principalmente, o modo como os trabalhadores são induzidos à aceitação passiva dos ditames corporativos, ainda que por eles sejam injustiçados. Nos modelos clássicos de gestão, o principal recurso adotado era a coerção, representada nas punições e ameaças, em especial a perda do emprego. A chegada da abordagem humanista de administração trouxe o convencimento como estratégia básica para essa finalidade, procurando-se demonstrar que vale a pena ser cooperativo, pois o bom ambiente de trabalho e a elevação da produtividade beneficiariam a todos. Mais recentemente, têm sido utilizadas técnicas de sedução, que envolvem manipulações de sentimentos e percepções, com ações mais sutis de submissão. Nesse processo, a servidão voluntária se mantém e pode mesmo se aprofundar.

As ideias apresentadas neste ensaio não deve ser entendidas, vale destacar, como uma manifestação radical de total desconfiança sobre todas as formas de gestão organizacional e de pessoas. Tampouco pretendeu-se afirmar que as práticas atuais das organizações de trabalho sejam similares às adotadas pelas tiranias políticas, objeto principal de interesse dos estudos de La Boétie. O que se buscou foi demonstrar que há mecanismos de estímulo à passividade diante das injustiças que, de forma por vezes bem sutil, podem induzir à servidão voluntária. Em um contexto no qual os ativos intangíveis, provenientes do conhecimento possuído, representam o maior patrimônio de qualquer organização, certamente não é do interesse de nenhuma empresa contar com servos. As críticas apresentadas têm, portanto, uma motivação de estimular o repensar de determinadas práticas corporativas.

REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **Things fall apart**. New York: Penguin Books, 2017.

AZEVEDO, Priscila Gomes de. **Vida de filho de criação na Zona da Mata de Minas Gerais**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2017. 372 p.

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Editora europeia do livro, 1970.
- BERTERO, Carlos Osmar. O Que é um Ensaio Teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, vol. 15. n. 2, p. 338-342, mar./abr. 2011.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BUARQUE, Chico. Pedro Pedreiro. *In*: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque de Hollanda**. Rio de Janeiro, RGE, 1966. Disco de vinil.
- BUARQUE, Chico. Deus lhe pague *In*: BUARQUE, Chico. **Construção**. Rio de Janeiro, Phonogram/Philips, 1966. Disco de vinil.
- CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DOSTOIEVSKI, Fiodor. **Os irmãos Karamazov**. São Paulo: Abril cultural, 1970.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FARIA, José Henrique de e RAMOS, Cíntia Letícia. A meritocracia nas organizações contemporâneas: gestão de competência, avaliação de desempenho e mobilidade funcional. *In*: PADILHA, Valquiria (org.). **Antimanual de gestão: desconstruindo os discursos do management**. Cap. 2. São Paulo: Ideias e Letras, 2015, p. 59 a 89.
- FERREIRA, Victor Cláudio Paradela, CARDOSO, Antônio Semeraro Rito, CORRÊA, Carlos José e FRANÇA, Célio Francisco. **Modelos de Gestão**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.
- FLORES-PEREIRA, M. T.; ECKERT, D. Recrutamento e seleção de pessoas: uma análise de questão de privacidade e discriminação dos candidatos. *In*: SOBOLL, L. A; FERRAZ, D. L. S. (Orgs). **Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 69-95.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GRANDIN, Greg. Fordlândia. Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- KAFKA, Franz. **A metamorfose**. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOFFMANN, Christian. O desejo de servidão voluntária e a violência. O corpo do poder, o corpo social e o corpo do gozo. **Estudos de Psicanálise**, n. 38, p. 45-52, dez. 2012.
- HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2020.
- LA BOETIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2017.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

- MASLOW, Abraham H. **A theory of human motivation**. New Delhi: General Press, 2019.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio teórico. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, vol. 15. n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011.
- MONTESQUIEU, Charles de secondat. **O espírito das leis**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Lafonte, 2017.
- PADILHA, Valquíria. Capitalismo, modelos de gestão e assédio moral no trabalho. In: PADILHA, Valquíria (org.). **Antimanual de gestão: desconstruindo os discursos do management**. Cap. 4. São Paulo: Ideias e Letras, 2015, p. 127 a 157.
- PARADELA, Victor Cláudio; OLIVEIRA, Joana Aparecida de; OLIVEIRA, Tatiana Dornelas de; MONTEIRO, Lilian Alfaia. Invasão de privacidade e discriminação: o lado oculto dos processos seletivos de estagiários em Administração. In: PARADELA, Victor Cláudio; CASTRO, Maria Cristina Drumond e KIRCHMAIR, Débora Magalhães (orgs). **Pessoas e organizações**. Volume 2. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- ROTHBARD, Murray N. **A filosofia política de Étienne de La Boétie**. Mises Brasil. Publicado em 06/01/2012. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1197>>. Acesso em 11/04/2020.
- SARAIVA, Luiz Alex Silva; PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia. Dimensões do discurso em uma empresa têxtil mineira. In: **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 8 n. 4, Out./Dez. 2004, p. 57-79.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o Behaviorismo**. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SOUSA, Gláucia Carvalho de. “Lugar incomum”: a disposição gratuita para satisfazer o tirano. **Griot – Revista de Filosofia**, Amargosa, Bahia, v. 8, n. 2, p. 85-92, dez. 2013.
- SOUSA, Marcos Robério Santo. A verdade inconveniente de Étienne de La Boétie e a formação da realidade política brasileira **Revista Mangaio Acadêmico**, v. 2, n. 3, p. 86-91, jul./dez. 2017.
- VIEIRA, Fernando de Oliveira; MARINHO, Maiara Oliveira; GHIZONI, Liliam Deisy. “Ruim com ele, pior sem ele”: servidão (in)voluntária que reforça o trabalho escravo contemporâneo, apontamentos à luz da Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 5, n. 1, p. 55-79, jun. 2018.

Recebido em: 07/08/2020

Aceito em: 25/09/2020

Endereço para correspondência:

Nome Victor Cláudio Paradela

Email: victor.paradela@hotmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)